

Perfil de mulheres vítimas de violência sexual no Brasil: antes e depois da pandemia de COVID -19

Profile of women victims of sexual violence in Brazil: before and after the COVID -19 pandemic

Perfil de mujeres víctimas de violencia sexual en Brasil: antes y después de la pandemia COVID -19

Recebido: 03/09/2020 | Revisado: 09/09/2020 | Aceito: 23/09/2020 | Publicado: 24/09/2020

Francisca Bruna Arruda Aragão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1191-0988>

Universidade de São Paulo, Brasil

E-mail: aragao_bruna@usp.br

Rita de Cassia Oliveira Marinho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9005-3007>

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

E-mail: rita.omarinho@gmail.com

Frederico Bianchini Joviano dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1831-3297>

Ministério Público do Maranhão, Brasil

E-mail: fredericosantos@mpma.mp.br

Floriacy Stabnow Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7840-7642>

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

E-mail: floriacy.stabnow@ufma.br

Luzinete Pontes Brandão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8592-5621>

Faculdade Supremo Redentor, Brasil

E-mail: brandao.nethe@hotmail.com

Josuel Alves Aguiar

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0600-6871>

Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

E-mail: josueaguiar202@hotmail.com

Gilvado de Jesus Pinheiro Lopes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6439-6882>

Faculdade Supremo Redentor, Brasil

E-mail: gilvado.clarissa@hotmail.com

Janaina Arruda Aragão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9685-3352>

Universidade Ceuma, Brasil

E-mail: a.janaina@yahoo.com.br

Clice Cunha de Sousa Pimentel

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0094-2423>

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

E-mail: clicejunha@hotmail.com

Karla Conceição Costa Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5226-7351>

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

E-mail: karlacosta@ifma.edu.br

Gerusinete Rodrigues Bastos dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1602-4563>

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

E-mail: gerusinete@hotmail.com

Marcelino Santos Neto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6105-1886>

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

E-mail: marcelino.santos@ufma.br

Resumo

A violência sexual em mulheres ainda é considerada um assunto cheio de tabus e preconceitos pela sociedade. Sendo assim, a referida violência é caracterizada por qualquer conduta de cunho sexual, sem a permissão da vítima, onde na maior parte dos casos vem acompanhada por força física, pressão psicológica, ou até mesmo grave ameaça. Este estudo tem como objetivo analisar o perfil de mulheres vítimas de violência sexual no Brasil na perspectiva do antes e depois da pandemia. Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, do tipo descritiva com abordagem qualitativa. Foram utilizados a base de dados da Biblioteca Virtual

de Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Periódicos da CAPES. Por meio dos resultados e levantamentos das informações, verificou-se que a mulher jovem e adulta tem mais probabilidade de ser vítima de violência sexual, outros fatores que podem influenciar a prática desse crime, está relacionado ao estado civil, escolaridade, raça/cor, ingestão de bebidas alcoólicas e a pandemia do covid- 19, pois está agravando essa realidade vivenciada pelas mulheres. Perante o exposto, é necessário haver um fortalecimento das políticas públicas voltadas para o atendimento às mulheres vitimizadas para evitar a violência sexual.

Palavras-chave: Delitos sexuais; Violência; Violência contra a mulher; Estupro.

Abstract

Sexual violence in women today is still considered a subject full of taboos and prejudices by society, and is characterized by sexual acts without the permission of the victim, in most cases is accompanied by physical force, psychological pressure, or even serious threat. This study aims to analyze the profile of women victims of sexual violence in Brazil. It is a study of integrative revision of the literature, of the descriptive type with qualitative approach. The Virtual Health Library (VHL); Scientific Electronic Library Online (SCIELO), and Periódicos CAPES, databases were used. Through the results and survey of information it was found that young adult women are more likely to be victims of sexual violence, other factors that may influence the practice of this crime are related to marital status, schooling, race/color, drinking alcohol and the COVID-19 pandemic, because it is worsening this reality experienced by women. In view of the above, it is necessary to have a strengthening of public policies aimed at assisting victimized women to avoid sexual violence.

Keywords: Sexual crimes; Violence; Violence against women; Rape.

Resumen

La violencia sexual en la mujer hoy en día sigue siendo considerada un tema lleno de tabúes y prejuicios por parte de la sociedad, siendo la misma caracterizada por actos sexuales sin el permiso de la víctima, en la mayoría de los casos se acompaña de fuerza física, presión psicológica o incluso una seria amenaza. Este estudio tiene como objetivo analizar el perfil de las mujeres víctimas de violencia sexual en Brasil. Se trata de un estudio de revisión integradora de la literatura, de tipo descriptivo con enfoque cualitativo. Se utilizó la base de datos de la Biblioteca Virtual en Salud (BVS), la Biblioteca Electrónica Científica en Línea (SCIELO) y las Revistas CAPES. A través de los resultados y encuestas de la información, se

encontró que las mujeres jóvenes y adultas tienen más probabilidades de ser víctimas de violencia sexual, otros factores que pueden influir en la práctica de este delito, están relacionados con el estado civil, educación, raza / color, la ingestión de bebidas alcohólicas y la pandemia del covid-19, ya que está agravando esta realidad vivida por las mujeres. En vista de lo anterior, es necesario fortalecer las políticas públicas dirigidas a ayudar a las mujeres victimizadas a evitar la violencia sexual.

Palabras clave: Delitos sexuales; Violencia; La violencia contra las mujeres; Violación.

1. Introdução

A violência sexual em mulheres é considerada como uma violação dos direitos humanos, e também um problema de saúde pública (Delziovo et al., 2017). É definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como todo ato sexual ou tentativa sem o consentimento da mulher, comentários ou investidas sexuais indesejadas, utilizando-se muitas vezes do emprego de atos opressores e intimidatórios, recorrendo ao uso de força física, grave ameaça, pressão psicológica e armas, coagindo e oprimindo a vítima para consumir o ato de violência(OMS, 2002). No Brasil, o conceito legal de violência sexual contra mulher está descrito na Lei 11. 340/2006 (também denominada “Lei Maria da Penha”), com:

Qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos(BRASIL, 2006, art.7º).

Trata-se de um fenômeno universal, atingindo mulheres de todas as classes sociais, etnias, religiões e culturas. Ocorre em populações de diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social, em espaços públicos e privados e em qualquer etapa da vida da mulher, repercutindo de maneira negativa em diferentes categorias da vida, podendo ser ou não reversível (Oliveira, 2014).

De acordo com às pesquisas de Oliveira (2014), evidencia-se que, por ano, cerca de 12 milhões de pessoas presenciou ou sofreu agressão sexual no mundo e que aproximadamente 6 em cada 10 mulheres passou por algum tipo de agressão física ou sexual durante sua existência. Algumas políticas públicas estão sendo empregadas como, por exemplo, em 2004

houve uma importante atualização da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher (PNAISM), pelo Ministério da Saúde em parceria com diversos movimentos sociais, cuja finalidade principal foi implementar ações de saúde visando a diminuição da morbimortalidade por causas preveníveis e evitáveis, dentre os objetivos específicos como promover à atenção às adolescentes e mulheres que estão em cenário de violência doméstica e sexual (PNAISM, 2014).

Além do PNAISM, tem-se o Pacto Nacional pelo Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, difundido em agosto de 2007, com o intuito de combater a violência sofrida contra a mulheres, através da implementação de políticas públicas integradas, garantindo ações como a aplicabilidade da Lei Maria da Penha, expandindo e fortalecendo a rede de serviços para mulheres em situação de violência, promovendo a segurança cidadã, acesso à Justiça, direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento a exploração sexual e o tráfico de mulheres, promovendo à autonomia das mulheres em situação de violência e expansão de seus direitos (PNAISM, 2014).

A Lei n. 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, criou meios para controlar e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do artigo 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil (BRASIL, 2006).

Em relação a assistência às mulheres vitimizadas sexualmente, é de suma importância que as instituições prestadoras desses serviços, possam oferecer atendimento completo às necessidades de prevenção de danos, cuidados emergenciais, acompanhamento, recuperação, tratamento de eventuais agravos e sequelas resultantes da violência sexual na saúde psicológica e física da vítima. Assim essa assistência deve se estender por um período posterior ao ocorrido, mas é essencial que a mulher procure atendimento nas primeiras 72 horas após o ato de violência sexual para uma melhor prevenção e contracepção de emergência (Kangussu, 2018).

Importante, ainda, fortalecer a divulgação dos órgãos e programas voltados ao combate à violência sexual contra a mulher em âmbito municipal, estadual e federal, de modo que as mulheres tenham conhecimento das medidas e serviços que estão à sua disposição. As sequelas da violência sexual, para as vítimas são inúmeras e profundas, as repercussões se estendem a saúde psicológica, física e reprodutiva, mesmo após a cessação do delito (Nunes; Lima; Morais, 2017).

O delito sexual desencadeia sintomas psicológicos e psiquiátricos como: transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), depressão, tentativas de suicídio e uso de substâncias psicoativas, também causa efeitos físicos como: gravidez indesejada e a transmissão de infecções sexualmente transmissíveis.

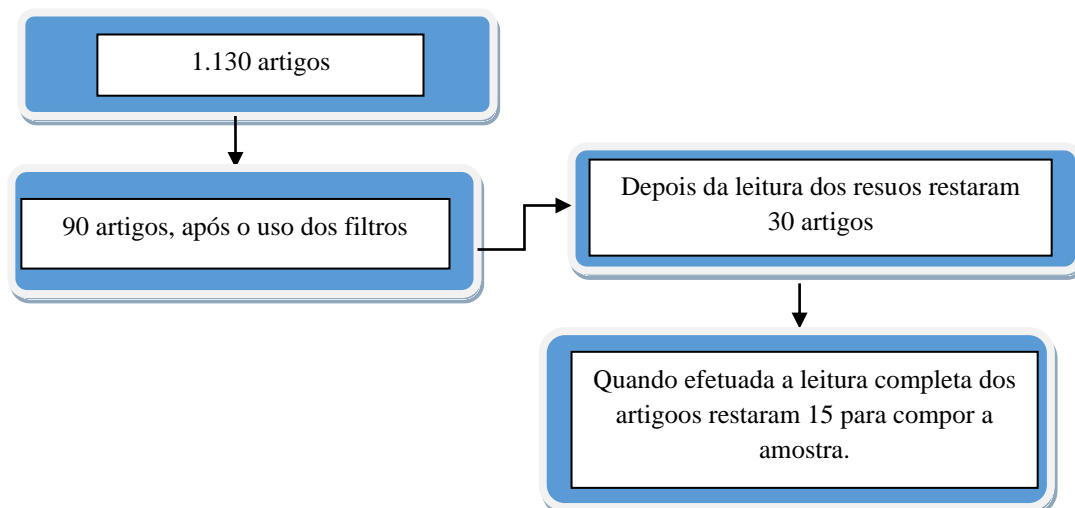
Em março de 2020, fora anunciado o início da pandemia da COVID-19. Esse fato fez com que a maior parte da população mundial se resguarda-se em suas casas. Infelizmente, um crime que aumentou concomitantemente vinculado ao confinamento residencial fora a violência sexual. Nesse contexto, o objetivo deste estudo é conhecer o perfil das mulheres vítimas de violência sexual no Brasil antes e após a pandemia da COVID-19, na perspectiva de que sejam tomadas medidas de minimização desse crime, com o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao acolhimento das mulheres vitimizadas.

2. Metodologia

Para responder o objetivo proposto, foi utilizado como método de estudo, a pesquisa de revisão integrativa, sendo este um método que só proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados e estudos significativos. Souza, Silva e Carvalho (2010) dizem que ele permite uma maior abordagem da repercussão dessa temática na sociedade analisando criteriosamente, conforme a demanda proposta do estudo (Souza, Silva, Carvalho, 2010).

A busca bibliográfica foi desenvolvida na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS-BIREME), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), e no Periódicos CAPES, utilizando como descritores: “Delitos sexuais. Violência. Violência contra a mulher. Estupro”. Foram incluídos artigos científicos nacionais, disponibilizados na íntegra, publicados em língua portuguesa, nos últimos 5 anos, (2015 a 2020), que abordam o tema do estudo e foram excluídos os artigos que não estavam disponíveis na íntegra, bem como excluiu-se artigos que apresentavam duplicidade nas bases de dados, temática divergente ou que não atenderam aos critérios de inclusão.

O período de coleta dos dados ocorreu de janeiro a março de 2020. Foram encontrados 1.130 artigos utilizando os descritores acima, mas quando colocado os seguintes filtros ou critérios de inclusão e exclusão restaram apenas 90 artigos. Destes somente 30 artigos contemplaram ao tema proposto. Após a leitura mais detalhada restaram somente 15 artigos para compor a base de dados para elaboração do artigo, conforme segue abaixo:



3. Resultados e Discussão

Por meio da tabela 1, observam-se os artigos científicos descritos de acordo com: autor, título, ano e revista. O ano com mais publicações foi o de 2019 com 5 artigos publicados, seguido de 2018 com 3 artigos, em 2017 apenas 3 artigos e em 2015 somente 2 artigos e 2 em 2020.

Tabela 1 – Distribuição numérica e percentual quanto às variáveis sociodemográficas. São Luís, 2020.

AUTORIA	TÍTULO	ANO	REVISTA
Lima et al.	Violência contra a mulher: caracterizando a vítima, a agressão e o autor	2015	Revista de Pesquisa Cuidado Fundamental Online
Silva et al.	Violência contra a mulher: agressores usuários de drogas ilícitas	2015	Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online
Sales et al.	Violência física ou sexual contra a mulher no Piauí, 2009-2016	2019	Journal of Health & Biological Sciences
Leite et al.	Violência contra a mulher e sua associação com o perfil do parceiro íntimo: estudo com usuárias da atenção primária	2019	Revista Brasileira de Epidemiologia Ciência e Saúde Coletiva
Rickli et al.	Perfil das notificações sobre violência sexual	2018	Revista de Enfermagem UFPE on line
Quiroz et al.	A violência contra a mulher no sistema único de saúde	2020	Revista de Pesquisa (Universidade Federal do Estado Rio Janeiro, Online)
Rosa et al.	Violência sexual na região do ABC Paulista: retrato de 142 casos.	2018	ABCS Health Sciences
Vieira et al.	Limites e intolerâncias de mulheres sobreviventes do abuso sexual infantil	2019	Revista de Enfermagem UFPE on line
Souza et al.	A percepção da vítima de violência sexual quanto ao acolhimento em um hospital de referência no Paraná	2020	Revista de Pesquisa: Cuidado é fundamental.

Pereira et al.	Perfil da vítima e características da violência contra a mulher no estado de Rondônia-Brasil	2019	Revista Cuidarte
Valencich et al.	Notificações de violências contra a mulher adulta no estado de São Paulo em 2014	2019	Bepa, Bol. Epidemiol. Psul.(Impr)
Passos et al.	Perfil do atendimento de vítimas de violência sexual em Campinas	2018	Revista Bioética
Santos et al.	Caracterização da violência sexual vivida por mulheres atendidas em unidade hospitalar de referência	2017	Revista Enfermagem Atual InD
Nazário et al.	Características dos casos de violência sexual contra mulheres adolescentes e adultas notificados pelos serviços públicos de saúde em Santa Catarina, Brasil	2017	Cadernos de Saúde Pública
Ribeiro et al.	Caracterização da violência sexual vivida por mulheres atendidas em unidade hospitalar de referência	2017	Revista Enfermagem Atual InDerme

Fonte: Autores, (2020).

3.1 Perfil da vítima quanto a idade, raça e estado civil

Mediante a observação da Tabela 2, percebe-se que fora realizada uma distribuição dos artigos, conforme o perfil da faixa etária das vítimas de violência sexual, sendo constituída por 11 artigos que tem resultados similares.

Tabela 2- Distribuição dos artigos conforme idade das mulheres vítimas de violência sexual. São Luís, 2020.

Nº	AUTOR	PERFIL QUANTO A IDADE
1	Lima et al.	30 - 39
2	Vieira et al.	06 - 17
3	Valencich et al.	20 - 59
4	Souza et al.	18 - 35
5	Pereira et al.	19 - 39
6	Passos et al.	18 - 30
7	Sales et al.	10 - 19
8	Rosa et al.	19 - 59
9	Rickli et al.	18 - 59
10	Nazário et al.	10 – 19/ 20 ou mais
11	Silva et al.	20 – 29

Fonte: Autores, (2020).

Segundo Lima et al. (2015), no estudo realizado no município de Serra, Espírito Santo, por meio dos dados coletados de 42 mulheres vítimas de violência que deram entrada

na Central de Apoio Multidisciplinar de Serra, os autores concluíram que a maioria das vítimas têm uma fixa etária entre 30 a 39 anos. Já em relação a cor e raça, a maioria das vítimas autodeclarou-se parda. Quanto ao estado civil, observou-se que elas encontravam-se separadas ou divorciadas na época do crime. Isto corrobora com a pontuação realizada por Pereira et al. (2019) que no Estado de Rondônia, entre 2007 a 2015, a faixa etária mais acometida em todos os anos foram predominantemente de mulheres jovens e adultas dos 19 aos 39 anos de idade, em sua maioria solteiras e pardas.

Já Valencich et al. (2019), no estudo realizado em São Paulo no componente da Vigilância de Violências e Acidentes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (VIVA/Sinan), afirmou que as mulheres mais vitimizadas são negras e casadas. Isto acaba divergindo dos estudos anteriores citados, porém em relação a faixa etária há uma certa semelhança, pois as vítimas mais acometidas apresentavam a idade entre 20 a 29 anos, seguidos de 30 a 39 anos.

Achados similares foram encontrados por Silva et al. (2015), extraídos da DEAM (Delegacia de Defesa da Mulher), no Município do Rio Grande/RS. O qual revelou que a faixa etária que mais prevalecia entre as vítimas era de 20 a 29 anos, mas em relação a cor e raça das vítimas houve uma discordância, pois a maioria das mulheres violentadas se autodeclararam brancas. Entretanto, os dados revelam que, além dessa faixa etária, podem ser encontradas vítimas de violência sexual, tanto mais jovem como mais velha. Isto será evidenciado pelos estudos subsequentes.

Sendo assim, Rosa et al. (2018), revelou em sua pesquisa que as principais vítimas tinham entre 19 a 59 anos de idade, onde a maioria era solteira e de cor/raça branca. A pesquisa realizada em Mauá, ABCD Paulista, entre os anos de 2008 a 2009 dados semelhantes foram relatados pelos autores Rickli et al. (2018) que grande parte das mulheres que compuseram sua pesquisa possuíam de 18 a 59 anos de idade, eram solteiras e brancas.

Vieira et al. (2019), em seu estudo realizado no Centro de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência na cidade de Petrolina, Pernambuco, Brasil, também evidencia que as vítimas estão dentro da faixa etária de 18 a 53 anos, são solteiras, porém em relação a cor e raça houve discordância, pois a maioria era parda.

Souza et al. (2020) também revelou que a maioria das vítimas eram solteiras, com idade entre 18 a 35 anos de idade. Já na pesquisa realizada no hospital público de referência para mulheres vítimas de violência, na capital do estado do Paraná, dentro do período de 18 de julho a 31 de agosto de 2017, corroborando com Passos et al. (2018), estudo desenvolvido no Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Caism), em decorrência da violência

sexual, constatou que a idade mais acometida foi de 18 a 30 anos, solteiras, entretanto a raça/cor não foram relatadas pelas vítimas.

Destaca-se que este crime não afeta somente mulheres adultas, mas às adolescentes, como expõe Sales et al. (2019) em sua pesquisa realizada no estado do Piauí, entre 2009 a 2016, onde as adolescentes de 10 a 19 anos corresponderam a 78,6% das vítimas notificadas que era solteiras e pardas.

Informações semelhantes foram encontradas por Nazário et al. (2017) em suas pesquisas que revelaram que as adolescentes, com idade entre 10 a 14 anos, corresponderam a 47,3% das notificações. Já as adolescentes de 15 a 19 anos de idade representaram 22,4% e 30,3%, respectivamente. Encontrou-se, ainda, casos de mulheres vítimas de violência sexual com 20 anos ou mais. Já em relação a raça/cor independentemente da idade, predominou a raça branca divergindo com o estudo anterior, sendo que às mulheres adultas em sua maioria eram casadas. Isso com base na pesquisa realizada no Paraná no hospital de referência para mulheres vítimas de violência.

Desta forma, observou-se que as mulheres jovens adultas, no período reprodutivo, em ascensão econômica e social, são as maiores vítimas de violência sexual. Tais características podem ser fatores predisponentes ao advento das violências, principalmente às provocadas por companheiro. A explicação para isto é que quando a mulher conquista a sua independência financeira o homem acaba perdendo o seu papel de provedor do lar (Gomes, Barlem Acosta, 2013).

Em relação a cor/raça, segundo os artigos analisados, a maioria das vítimas foram mulheres brancas e pardas. Esse dado pode ser explicado pela composição da população onde foi realizado o estudo. Isso porque, segundo os dados coletados dos artigos, encontrou-se que às vítimas de violência sexual são as mulheres negras, seguida das pardas, principalmente devido ao contexto histórico em que estão inseridas, que geralmente inclui condições precárias de moradia, estudo e preconceito.

Sobre a situação conjugal, grande parte encontrava-se solteira no momento do registro do crime, fato esse que pode estimular a denúncia, pois mulheres casadas e religiosas têm maior resistência em promover a denúncia (Oliveira et al, 2009).

3.2 Perfil da vítima quanto a escolaridade e atividade econômica.

De acordo com Passos et al. (2018) em um estudo realizado no Caism, concluíram que a maior escolaridade das mulheres vítimas de violência sexual era o ensino médio completo. A profissão relatada em prontuário médico mais frequente foi a de estudante, seguida de auxiliar de limpeza. Quatro mulheres relataram situação de desemprego.

Similaridades foram encontradas por Lima et al. (2015) em sua pesquisa realizada no município de Serra, Espírito Santo, no que concerne a escolaridade e atividade econômica, houve uma prevalência de mulheres que concluíram o ensino médio, a maior parte das entrevistadas tinham uma ocupação formal ou informal, com renda familiar entre 1 a 3 salários mínimos, diferentemente do encontrado por outros autores comentados acima que evidenciou que praticamente todas as mulheres recebiam menos de 2 salários mínimos (Santi; Nakano; Lettiere, 2010).

Retomando para a questão da escolaridade, praticamente todos os autores que compõem essa amostra evidenciam que as mulheres vítimas de violência sexual, tinham baixa escolaridade. A informação é confirmada por Valencich et al. (2017) que revela que a maioria das ofendidas possuíam apenas o ensino médio completo e a renda familiar não foi relatada. Estes dados são semelhantes ao de Vieira et al. (2019), que registrou que a maior escolaridade constatada era o ensino médio completo, sendo que das mulheres que compôs a pesquisa, sete encontravam-se desempregadas e dependentes da família.

Já Pereira et al. (2019) em sua pesquisa aplicada no estado de Rondônia, concluiu que a maior escolaridade registrada no prontuário médico, foi o ensino fundamental completo, corroborando com os dados encontrados por Silva et al. (2015), na DEAM, no Município do Rio Grande/RS, em 2015 onde reafirma que o maior grau de escolaridade era o ensino fundamental completo ou incompleto. Referente a renda econômica, apenas 28% das mulheres possuíam remuneração.

Assim observa-se a fragilidade dessas mulheres, pois a baixa escolaridade gera baixa renda que promove um cenário mais propício para desencadear a violência sexual. Sendo que isso foi evidenciado por Sales et al. (2019), entre os anos de 2009 a 2016, após averiguação das notificações de violência sexual, onde constatou-se que praticamente todas as vítimas, possuíam apenas entre 1ª a 8ª série. Dado bem semelhante foi encontrado por Nazário et al. (2017) que constatou que às mulheres ofendidas, em sua grande maioria apresentavam apenas de 5 a 8 anos de estudo, já as mulheres adultas possuíam de 9 a 11 anos de estudos e em sua maioria encontrava-se com trabalho remunerado.

Fica evidente que as principais vítimas de violência sexual foram mulheres que possuíam baixa escolaridade, com pouca ou nenhuma remuneração. Muitas delas dependentes financeiramente de seus parceiros e familiares, já que não tem status profissional consolidado, gerando um grau de dependência (Passos et al., 2018).

3.2 Perfil quanto a relação com o agressor e características da agressão

Por meio dos artigos que compõe este estudo, será traçado o perfil do agressor e as características da agressão. Os autores Lima et al. (2015) relataram que a agressão geralmente é praticada em ambiente domiciliar. O ciúme foi identificado em 33,3% dos casos como fator primordial para desencadear a violência sexual. Sendo que em 71,4% dos casos, o principal autor é o companheiro que encontrava-se sobre o efeito de bebida alcoólica.

Isto corrobora com Pereira et al. (2019) que destaca como o principal agressor o parceiro íntimo em 40,20%, seguido de desconhecidos que 17,19% dos casos. Esse autor apresenta como fator agravante o uso de bebidas alcoólicas, que pode influenciar negativamente, a prática da violência, sendo relatado em 658 notificações.

Já Narário et al. (2017), afirma que cerca de um terço das mulheres registraram o agressor como sendo desconhecido. Isso diverge com o estudo anterior e subsequente. Sendo que a violência praticada tanto no domicílio quanto em via pública, os agressores ingeriram bebidas alcoólicas representando 53,8%.

Dados semelhantes foram relatados por Silva et al. (2015), conforme pesquisa junto a DEAM, no Município do Rio Grande/RS, confirmando que, 50,8% dos agressores estavam sob o efeito de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas. Sendo que, a maioria das mulheres foram agredidas e ameaçadas anteriormente à denúncia de violência sexual, elas sofreram também violência psicológica, física e patrimonial, praticado pelo parceiro íntimo; desses, 54,8% estavam com o relacionamento rompido no momento da violência.

Observa-se que é inegável que as bebidas alcólicas afetam negativamente o organismo do ser humano, contribuindo para um comportamento mais violento, assim como as drogas ilícitas, porém em menor proporção, corroborando com os achados de Leite et al. (2019), desenvolvido nas unidades de saúde, no município de Vitória, Espírito Santo, revelaram que 6,3% dos agressores usavam drogas ilícitas.

A ingestão de bebida alcoólica foi relatada por 57,8% das entrevistadas. Sendo a violência praticada principalmente pelo parceiro íntimo, a maioria deles eram ciumentos e controladores. Valencich et al. (2017), também identificaram em seu estudo que a ingestão de álcool pelo agressor no momento da violência, é um fator agravante correspondendo a 30,0% do total das notificações, em que o agressor, em sua maioria foi registrado como um estranho, seguido do companheiro.

De acordo Barrett et al. (2012) mulheres que têm parceiros que consomem álcool, apresentam sete vezes mais probabilidade de serem agredidas sexualmente, quando

comparadas às que os parceiros não ingerem bebida alcoólica com frequência. Ressalta-se que esse índice pode aumentar, principalmente, aos finais de semana, onde o consumo de álcool é mais exacerbado.

Como pode-se analisar, em relação ao perfil do agressor é que na maioria das vezes a vítima desconhece a origem de seu agressor. Essa informação é confirmada por Passos et al. (2018) em seu estudo realizado em Campinas que relata que 68,3% dos agressores são desconhecidos e que o vínculo afetivo do agressor com a vítima correspondeu 24,40% dos casos. Destarte 19,50% das ofendidas relataram já ter sofrido violência sexual anteriormente, por meio de uso de força física, grave ameaça, lesões, sendo que o local do crime mais incidente fora a rua pública.

A informação apresentada acima corrobora com os dados de Santos et al. (2017) extraídos da pesquisa desenvolvida na Maternidade Municipal do Rio de Janeiro que é referência municipal e estadual para esse tipo de atendimento. Lá verificou-se que o agressor mais registrado era de origem desconhecida com base nos relatos de 32 mulheres em 2008 e por 36 mulheres em 2009. Sobre o local da ocorrência, constatou-se que ocorria com maior frequência na via pública. Além da violência sexual, houve também, ameaças, violência psicológica e física.

Diante dos dados já expostos acima, fica mais evidente a vulnerabilidade da mulher perante os agressores, informação confirmada por Rosa et al, (2018) que dos 115 dos casos a violência fora praticada por apenas um agressor.

Assim, penas 38 das pacientes reconheceram o autor. Logo pode-se afirmar que o agressor em sua maioria, era desconhecido da vítima. Informação similar constatada por Ribeiro et al. (2017), em novembro de 2011 a março de 2012, foram analisados 157 prontuários de mulheres atendidas numa unidade hospitalar pública, no Rio de Janeiro, revelando que o maior percentual da agressão, foi praticada por agressor desconhecido (39,02% e 48,00%), violentadas em via pública.

Observa-se que os principais agressores registrados pelas mulheres eram de origem desconhecida, podendo ser um dos fatores que influenciaram as denúncias. Isso porque a vítima não tinha nenhum vínculo afetivo com o agressor, (Oliveira et al., 2009). O local do crime geralmente eram ruas públicas. Esse fato pode ser explicado pelo autor do crime ser de origem desconhecida. Na maioria das vezes não ocorreu somente a violência sexual, pois geralmente está associada a violência, psicológica, física e graves ameaças.

Na pesquisa realizada em Ribeirão Preto com usuárias dos serviços de saúde, no ano de 2008 constatou-se que o risco de violência por parceiro íntimo aumenta em 59% quando o mesmo faz uso frequente de álcool (Vieira, Perdoná, Santos, 2011).

Esses achados tornam nítido que a violência contra a mulher está intimamente relacionada ao consumo de bebidas alcoólicas. Em contrapartida, segundo o estudo de Massaro et al. (2019), diz que a mulher que faz uso de bebidas alcólicas, apresenta chances dobradas de serem vítimas de violência sexual. Vale ressaltar que o índice de violência teve um acréscimo significativo nos últimos meses, decorrente da pandemia pelo novo coronavírus (COVID-19), mulheres do mundo todo estão sendo agredidas em seu próprio lar, ambiente a qual deveria ser o seu porto seguro.

4. Considerações Finais

Diante de todo o exposto acima concluiu-se que a violência sexual contra a mulher ainda é um problema de saúde pública que ocorre em grande proporção na sociedade brasileira. Existem muitos casos que são subnotificados, gerando estimativas contraditórias encontradas na literatura. O preenchimento incompleto das notificações dificulta um levantamento de dados mais precisos sobre o perfil das vítimas, porque a violência sexual, é capaz de gerar distúrbios em curto e longo prazo, deixando sequelas profundas, impactando na saúde física, psicológica e social da vítima, considerando que a maioria das mulheres são jovens adultas, no período reprodutivo, em ascensão econômica e social que estão em busca de autossuficiência.

Portanto, a mulher que possui alto grau de escolaridade, independência financeira e emocional, tem menor probabilidade de sofrer violência sexual. Atualmente, o cenário da violência no Brasil e no mundo apresenta um aumento desse crime decorrente da pandemia do COVID-19, pois a quarentena está provocando uma exacerbação dos conflitos entre os casais e/ou outros familiares, considerando que estas famílias estão sujeitas a passarem mais tempo juntas no mesmo ambiente.

Diante do exposto constatou-se que para reverter esse cenário é necessário haver um fortalecimento das políticas públicas voltadas para o atendimento as mulheres vitimizadas, para evitar a violência sexual, física e psicológica. Para que isso aconteça, será necessário uma maior aplicabilidade da Lei Maria da Penha, descentralização dos Centros de Referência para a Mulher em Situação de Violência, instalação de mais delegacias especializadas, principalmente nos interiores promovendo acessibilidade para mulheres vítimas de violência

que se encontram carentes de acolhimento, segurança e orientações de seus direitos, tanto na área da saúde como na área jurídica.

Referências

Araujo, R. P., et al (2014). Perfil sociodemográfico e epidemiológico da violência sexual contra as mulheres em Teresina/Piauí. *Revista de Enfermagem da UFSM*, 4. (4), 739-750, 2014.

Dahlberg, L. L.; & Krug, E. G (2006). Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(4), 1163-1178.

Delziovio, C. R. et al (2017). Características dos casos de violência sexual contra mulheres adolescentes e adultas notificados pelos serviços públicos de saúde em Santa Catarina, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(15) 2716-2800.

Kangussu, D. M. M. *Violência sexual em mulheres atendidas em um hospital universitário de Curitiba, Brasil: características da vítima, da violência e da assistência*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Tocoginecologia. Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Paraná, p. 80, 2018.

Leite, M. A, et al (2019). Violência contra a mulher e sua associação com o perfil do parceiro íntimo: estudo com usuárias da atenção primária. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 22(14), 190056, 2019.

Machado, C. L., et al (2015). Gravidez após violência sexual: vivências de mulheres em busca da interrupção legal. *Cadernos de Saúde Pública*, 31, (2), 345-353.

Melo, M. B.; & Brasileiro, A. E. Agressores na Violência Doméstica: Um Estudo do Perfil Sóciojurídico. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, 2(2), 189-208.

Nazário, N. O., et al (2017). Características dos casos de violência sexual contra mulheres adolescentes e adultas notificados pelos serviços públicos de saúde em Santa Catarina, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(14), 2716.

Nunes, M. C. A.; Lima, R. F. F.; & Moraes, N. A (2017). Violência sexual contra mulheres: um estudo comparativo entre vítimas adolescentes e adultas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(4), 956-969.

Nunes, M. C. A., & Moraes, N. A (2016). Violência sexual e gravidez: percepções e sentimentos das vítimas. *Revista da SPAGESP*, 17(5), p. 21-36.

Oliveira, A. F. P. L. et al (2009). Fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras [Factors associated with intimate partner violence against Brazilian women]. *Revista de Saúde Pública*, 43(17), 299-310.

Oliveira, J. *Violência doméstica e os instrumentos penais e processuais penais na tutela dos direitos fundamentais das mulheres*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito / Programa de Pós-Graduação em Direito - Universidade Metodista de Piracicaba. São Paulo, p. 141. 2014.

Passos, A. I. M.; Gomes, D. Y; & Gonçalves, C. L. D. (2018). Perfil do atendimento de vítimas de violência sexual em Campinas. *Revista Bioética*, 15(3), 26.

Pereira, P. P. et al (2019). Perfil da vítima e características da violência contra a mulher no estado de Rondônia-Brasil. *Revista Cuidarte*, v. 10 (1), 12-25.

Primo, C. C. et al (2015). Violência contra a mulher: caracterizando a vítima, a agressão e o autor. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, 7, (1), 2181-2191.

Queiróz, A. P. D. G et al (2012). Violência interpessoal: estudo descritivo dos casos não fatais atendidos em uma unidade de urgência e emergência referência de sete municípios do estado de São Paulo, Brasil, 2008 a 2010. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 20(11), 293-304,

Queiroz, G. S et al (2020). A violência contra a mulher no sistema único de saúde. *Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online)*, 12(4) p. 145-153.

Rosa, J. P. S. et al (2018). Violência sexual na região do ABC Paulista: retrato de 142 casos. *ABCS Health Sciences*, 43(11).

Ribeiro, J.; & Leite, W. (2016). Aspectos da violência sexual contra a mulher: Perfil do agressor e do ato violento. *Revista de Enfermagem UFPE*, 10 (1), 289-295.

Rickli, H. C. et al (2018). Perfil das notificações sobre violência sexual. *Rev. enferm. UFPE online*, p. 1372-1380.

Sales, I. C. et al (2019). Violência física ou sexual contra a mulher no Piauí, 2009-2016. *Journal of Health & Biological Sciences*, 7(3), 258-264.

Silva, C. D. et al (2015). Violência contra a mulher: agressores usuários de drogas ilícitas. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, 7(2), 2494-2504.

Souza, M. T. D.; Silva, M. D. D.; & Carvalho, R. D. (2010). *Revisão integrativa: o que é e como fazer*. *Einstein São Paulo*, 8 (1),102-106.

Souza, S. R. R; Lima, M. C. D; & Batistetti, L. T. (2020). A percepção da vítima de violência sexual quanto ao acolhimento em um hospital de referência no Paraná. *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental*, 15(3)168-174.

Teles, K. S. *Nosso corpo nos pertence? Conhecendo a rede de atendimento voltada para as mulheres vítimas de violência sexual em Feira de Santana- Ba*. Monografia (Graduação em Enfermagem) – Universidade federal do recôncavo da Bahia. Bahia, p.70. 2014.

Valencich, D. M. O. et al (2019). Notificações de violências contra a mulher adulta no Estado de São Paulo em 2014. *BEPA, Bol. epidemiol. paul. (Impr.)*, p. 3-17.

Vieira, E. M.; Perdoná, G.S. C.; & Santos, M. A (2011). Factors associated with intimate partner physical violence among health service users. *Revista de saúde pública*, 45(30), 730-737. *Colocar espaço entre uma referência e outra*. Lembre que usamos APA.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Francisca Bruna Arruda Aragão – 35%

Rita de Cassia Oliveira Marinho – 15%

Frederico Bianchini Joviano dos Santos – 5%

Floriacy Stabnow Santos – 5%

Luzinete Pontes Brandão – 5%

Josuel Alves Aguiar – 5%

Gilvado de Jesus Pinheiro Lopes – 5%

Janaina Arruda Aragão – 5%

Clice Cunha de Sousa Pimentel – 5%

Karla Conceição Costa Oliveira – 5%

Gerusinete Rodrigues Bastos dos Santos – 5%

Marcelino Santos Neto – 5%